

A recepção de Nicos Poulantzas na sociologia política brasileira

Circulação, mediações e usos
nos anos 1970

The reception of Nicos Poulantzas in Brazilian
political sociology

Circulation, mediations, and uses in the 1970s

theófilo codeço machado rodrigues*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.175.010>

Divulgação



Nicos Poulantzas (1936-1979), filósofo e sociólogo marxista grego

RESUMO

O artigo investiga a recepção da obra de Nicos Poulantzas na sociologia política brasileira da década de 1970, preenchendo uma lacuna na literatura que já analisou extensivamente as influências de Lênin, Antônio Gramsci e Louis Althusser. O texto reconstrói as condições de circulação de suas ideias no país, destacando o papel de mediações intelectuais, leituras em língua original e a influência de autores que dialogavam com sua obra. Para tanto, o artigo analisa como 21 intelectuais brasileiros mobilizaram categorias poulantzianas em seus trabalhos. A escolha do *corpus* não obedeceu a um levantamento sistemático de literatura, sendo orientada principalmente pela disponibilidade e acessibilidade das fontes. Ainda assim, buscou-se contemplar autores representativos do debate da época, de modo a permitir a reconstrução de tendências relevantes na recepção de Poulantzas no Brasil. A investigação distingue dois circuitos principais de recepção: aquele vinculado à Universidade de São Paulo (USP) e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap); e outro formado por intelectuais com formação acadêmica no exterior e trajetória profissional no Rio de Janeiro. Mais do que mapear influências, o estudo busca compreender o contexto teórico e político em que Poulantzas foi apropriado, evidenciando como suas formulações sobre Estado e classes sociais foram reinterpretadas à luz dos desafios analíticos colocados pela realidade brasileira. Ao fazê-lo, o artigo contribui para a história da sociologia política no Brasil e para a compreensão das formas de circulação e apropriação de teorias marxistas em contextos periféricos.

Palavras-chave: Poulantzas. Marxismo. Sociologia política.

ABSTRACT

This article investigates the reception of Nicos Poulantzas's work in Brazilian political sociology during the 1970s, addressing a gap in the literature, which has extensively examined the influence of Lenin, Antonio Gramsci, and Louis Althusser. The article reconstructs the conditions under which Poulantzas's ideas circulated in Brazil, highlighting the role of intellectual mediations, readings in the original language, and the influence of authors who engaged with his work. To this end, the article analyzes how 21 Brazilian intellectuals mobilized Poulantzian categories in their works. The selection of the corpus was not based on a systematic literature review, but was guided primarily by the availability and accessibility of sources. Nevertheless, an effort was made to include authors representative of the debates of the period, thereby enabling the reconstruction of relevant trends in the reception of Poulantzas in Brazil. The study identifies two main circuits of reception: one associated with the University of São Paulo (USP) and the Brazilian Center for Analysis and Planning (Cebap); and another comprising intellectuals with academic training abroad and professional trajectories in Rio de Janeiro. Rather than simply mapping intellectual influences, the study aims to understand the theoretical and political context in which Poulantzas's work was appropriated, showing how his formulations on the State and social classes were reinterpreted in light of the analytical challenges posed by Brazilian reality. In doing so, the article contributes to the history of political sociology in Brazil and to an understanding of the ways in which Marxist theories circulate and are appropriated in peripheral contexts.

Keywords: Poulantzas. Marxism. Political sociology.

1. INTRODUÇÃO

As recepções de Lênin, Antônio Gramsci e Louis Althusser na sociologia política brasileira da década de 1970 já foram exaustivamente trabalhadas pela literatura especializada (Simionatto, 1995; Secco, 2002; Saes, 2007; Coutinho, 2007 e 2009; Motta, 2017; Rodrigues, 2020). O que não recebeu a mesma atenção, no entanto, foi o modo como chegou ao Brasil a obra de um outro nome da teoria marxista igualmente influente naquele período: trata-se do grego radicado na França, Nicos Poulantzas. Essa lacuna causa estranheza. Afinal, “Poulantzas foi, entre os marxistas, o autor com o qual e contra o qual mais se escreveu durante os anos 1970” (Codato, 2008, p. 69). Já no início da década de 1980, Fernando Henrique Cardoso (1982, p. 3) reconhecia que a influência de Poulantzas “entre os sociólogos e cientistas políticos de esquerda na América Latina foi enorme”. Esse reconhecimento não é trivial, sobretudo por partir de um crítico.

Poulantzas foi autor de uma obra densa, produzida entre 1968, ano da publicação de *Poder político e classes sociais*, e 1978, quando lançou seu livro mais importante, *O Estado, o poder e o socialismo*. Nesse intervalo, publicou *Fascismo e ditadura* (1970), *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1974), *A crise das ditaduras* (1975) e *O Estado em crise* (1976), além do conhecido debate com Ralph Miliband nas páginas da *New Left Review* entre 1969 e 1976. Infelizmente, sua morte prematura, em 1979, interrompeu a trajetória de um dos mais importantes renovadores da Ciência Política e da Teoria do Estado no marxismo.

O foco analítico de Poulantzas esteve voltado especialmente para a Europa. Seus estudos abordaram as experiências fascistas da Itália e da Alemanha (Poulantzas, 1972), as ditaduras de Portugal, Grécia e Espanha (Poulantzas, 1976) e as classes sociais na França (Poulantzas, 1975). Em diálogo com Ralph Miliband, participou também de um importante debate sobre o Estado capitalista nas páginas da *New Left Review*. A América Latina, portanto, permaneceu fora de seu horizonte analítico, salvo breves comentários sobre o Chile de Allende (Poulantzas, 1980). Seu contato com o Brasil deu-se

A primeira notícia que temos de uma referência direta à obra de Poulantzas na literatura brasileira não é exatamente de um sociólogo, mas de um historiador. A *Revolução de 1930*, trabalho de Boris Fausto redigido como tese em história na USP, em 1969, e publicado como livro em 1970, apropria-se de *Pouvoir politique et classes sociales*, a primeira grande obra de Poulantzas

Na sociologia política brasileira, a primeira menção ao nome de Poulantzas provavelmente foi feita por Luiz Pereira, em 1970, em seus *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*

de forma indireta. Exilado na França após o Ato Institucional nº 5, o então jovem Emir Sader tornou-se seu assistente na Universidade de Vincennes, Paris VIII, entre 1968 e 1969. Na primeira metade da década de 1970, Sader foi substituído por outro brasileiro, o sociólogo Michael Löwy (Querido, 2018). Ainda assim, foram outros autores que efetivamente introduziram a leitura de Poulantzas no Brasil, como será discutido nas seções seguintes.

Publicado pelo periódico *Tempo Brasileiro*, em 1968, *Para uma dialética da realidade* (Sartre, Lévi-Strauss, Althusser) foi o primeiro texto de Poulantzas traduzido no país (Motta, 2009)¹. Em seguida vieram *Notas sobre o totalitarismo* em 1974, *As classes sociais no capitalismo de hoje* em

1975, *A crise das ditaduras* em 1976, *O Estado em crise* em 1977, *Poder político e classes sociais* também em 1977, *Fascismo e ditadura* em 1978, *O Estado, o poder e o socialismo* em 1980 e, por fim, o debate Poulantzas-Miliband em 1982². Como se verá, a recepção de Poulantzas na sociologia brasileira antecedeu, em parte, a publicação em português de suas principais obras. O caso mais notório é o de *Poder político e classes sociais*, originalmente publicado na França em 1968, mas cuja tradução brasileira só apareceu em 1977. A leitura do original francês, *Pouvoir politique et classes sociales*, foi decisiva para sua circulação no meio acadêmico brasileiro dos anos 1970. A primeira referência direta à obra de Poulantzas na literatura nacional não partiu de um sociólogo, mas de um historiador: *A Revolução de 1930*, de Boris Fausto, originalmente dissertação de mestrado defendida em 1969 e publicada em 1970, já mobiliza esse referencial. Além disso, circulavam no país obras de autores que dialogavam diretamente com Poulantzas, como *Política e ideologia na teoria marxista*, de Ernesto Laclau, publicada em português em 1978. Esse conjunto de fatores ampliava as condições de recepção do autor no Brasil.

Este artigo analisa a recepção da obra de Nicos Poulantzas na sociologia política brasileira da década de 1970, buscando compreender os modos de sua apropriação no contexto intelectual do período. Para tanto, adota-se uma abordagem de história intelectual, com base na análise qualitativa de um *corpus* de 21 autores vinculados a diferentes circuitos institucionais – em especial o eixo USP-Cebrap e um conjunto de intelectuais com formação no exterior e atuação no Rio de Janeiro. A escolha do *corpus* não obedeceu a um levantamento sistemático de literatura, sendo orientada principalmente pela disponibilidade e acessibilidade das fontes. Ainda assim, buscou-se contemplar autores representativos do debate da época, de modo a permitir a reconstrução de tendências relevantes na recepção de Poulantzas no Brasil. Argumenta-se que a incorporação de Poulantzas foi seletiva e mediada por

¹ A tradução foi de Creusa Capalbo, professora do Departamento de Filosofia do IFCS-UFRJ.

² Todas as datas são referentes ao ano da publicação em português no Brasil. Cabe ressaltar a existência de versões anteriores em português publicadas em Portugal.



Boris Fausto, Carlos Estevam Martins, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti e Luiz Pereira: intelectuais paulistas que acolheram a obra de Poulantzas

outras tradições teóricas, assumindo formas distintas conforme os contextos institucionais e as trajetórias dos autores, o que configurou um processo heterogêneo de recepção.

O artigo está estruturado em duas seções, que investigam como suas principais obras foram apropriadas pela literatura especializada no país. A primeira seção examina a recepção em São Paulo, com treze intelectuais que dialogaram de algum modo com a Universidade de São Paulo (USP) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap): Boris Fausto, Carlos Estevam Martins, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Izabel Picaluga, Janice Perlman, João Quartim de Moraes, José Arthur Giannotti, Luiz Pereira, Luiz Werneck Vianna, Maria Cecília Spina Forjaz e Robert Henry Srour. A segunda volta-se para oito intelectuais brasileiros com atuação no Rio de Janeiro – muitas vezes, com formação no exterior –, que também inseriram Poulantzas em suas bibliografias: Bernardo Sorj, Carlos Hasenbalg, Gláucio Soares, Lélia Gonzalez, Otávio Velho, Renato Raul Boschi, Ruy Mauro Marini e Simon Schwartzman. Não se pretende oferecer uma leitura aprofundada de cada autor, mas esclarecer o contexto teórico no qual Poulantzas foi incorporado em suas obras naquela década.

2. A RECEPÇÃO EM SÃO PAULO

A maior parte das menções ao nome de Poulantzas na sociologia política brasileira da década de 1970 foi realizada por autores que, de algum modo, atuaram na USP ou no Cebap. Vale lembrar que o Cebap foi fundado em 3 de maio de 1969 com o apoio financeiro da Fundação Ford (Sorj, 2001). Entre seus integrantes constavam Boris Fausto, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Luiz Werneck Vianna e Carlos Estevam Martins, entre outros.

Já foi dito que a primeira notícia que temos de uma referência direta à obra de Poulantzas na literatura brasileira não é exatamente de um sociólogo, mas de um historiador. *A Revolução de 1930*, trabalho de Boris Fausto redigido como tese em história na USP, em

1969, e publicado como livro em 1970, apropria-se de *Pouvoir politique et classes sociales*, a primeira grande obra de Poulantzas que havia acabado de ser lançada em 1968. Como veremos, *Poder político e classes sociais* será a referência preferencial de Poulantzas utilizada pelos autores brasileiros da década de 1970.

Há no livro de Fausto apenas uma única menção ao trabalho de Poulantzas. O autor se apropria de *Pouvoir politique* para estabelecer uma relação entre o ascenso do movimento tenentista após a Revolução de 1930, como um tipo específico de representação de classe, com a analogia histórica da conexão entre o pequeno-burguês e Luís Bonaparte, como descrito por Marx no *18 Brumário* (Fausto, 1979, p. 70). Para tanto, Fausto adota o conceito poulantziano de “classe-apoio” para caracterizar a participação das classes médias na Revolução de 1930. Em Poulantzas (1986, p. 238), a “classe-apoio” oferece uma sustentação indispensável para a dominação de classe, embora não faça parte do “bloco no poder”. Esse apoio é baseado em um processo de ilusões ideológicas, sem que os interesses materiais da “classe-apoio” sejam contemplados. Teria sido essa a situação ocorrida com as classes médias que não estariam representadas politicamente pelo tenentismo no Estado pós-revolucionário, ao contrário do que defendia parte da literatura até aquele momento (Fausto, 1979). Para além do conceito de “classe-apoio”, a forma como o conceito de “fração de classe” assume um caráter central na análise de Fausto demonstra como a leitura de Poulantzas influenciou o seu trabalho. Como sabemos, foi com *Pouvoir politique* que a ideia de que as classes possuem frações internas bem determinadas passou a ser desenvolvida. Fausto usa esse conceito em diversas partes do livro.

Diga-se de passagem, essa aproximação Poulantzas-Fausto em *A Revolução de 1930* já foi observada pela literatura especializada (Perissinotto, 1994; Boito Jr, 2007). Ao estabelecer essa aproximação teórica, Boito Jr. (2007, p. 59) questiona:

Os estudiosos brasileiros operavam com noções e teses que aproximavam suas análises daquelas que poderíamos obter utilizando, explícita e conscientemente, o conceito poulantziano de “bloco no poder” e o tratamento que esse conceito sugere para o regime político. A polêmica de Boris Fausto com Nelson Werneck Sodré sobre a Revolução de 1930 não dizia respeito ao conflito entre diferentes frações no interior da classe capitalista?

Não obstante a rápida menção ao nome do autor no texto, cumpre destacar uma última observação. Um olhar mais detido sobre a bibliografia de *A Revolução de 1930* nos aponta que, na literatura marxista internacional selecionada por Fausto, constam apenas Marx, Poulantzas e André Gunder Frank, o que confirma a relevância do grego em Fausto.

Na sociologia política brasileira, a primeira menção ao nome de Poulantzas provavelmente foi feita por Luiz Pereira, em 1970, em seus *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. Tendo sido orientado por Florestan Fernandes, Pereira logo se tornou um professor referência na sociologia da USP. Ao tratar do Estado capitalista como um mediador de interesses de classes divergentes, Pereira (1970, p. 42) situa como referência desse debate *Pouvoir politique et classes sociales*, além de um artigo de Poulantzas intitulado *Hegemonía y dominación en el Estado moderno*, que foi publicado em 1969 na revista *Pasado y Presente*. Mas, naquele momento, a referência era ainda muito superficial. Ao longo da década de 1970, seu conhecimento da obra de Poulantzas foi aprofundado e um ponto alto talvez seja a publicação de *Capitalismo: notas teóricas*, em 1977. Nessa obra, Pereira (1977) discute com maior

Carlos Estevam Martins foi, provavelmente, o primeiro sociólogo brasileiro a adotar *As classes sociais no capitalismo de hoje* em sua bibliografia, e quem melhor se apropriou de Poulantzas para a sua própria formulação

intensidade algumas formulações poulantzianas presentes em *Poder Político e classes sociais*, em *Fascismo e ditadura* e em *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Sobre a importância dessa presença de Poulantzas na obra de Luiz Pereira, há uma certa concordância entre seus estudiosos. Sedi Hirano, por exemplo, nos diz que “Luiz Pereira era bastante marxista, ainda que fosse mais afeito ao marxismo estruturalista do Althusser, do Poulantzas e do Balibar” (Rubbo e Shishito, 2021, p. 373). Castro (2010, p. 248) segue a mesma linha:

Luiz Pereira foi, inicialmente, um competente funcionalista, na linha do rico funcionalismo de Florestan Fernandes. Quando fez o doutorado, percebeu que havia um debate sério sobre a obra de Marx nos meios acadêmicos. Leu vulgarizadores de Marx que eram de moda para construir uma pauta de reeducação teórica. E depois leu *O Capital*, de Marx, leu Poulantzas, leu Althusser.

Em novembro de 1970, Francisco Weffort apresentou um trabalho sobre a teoria da dependência no 2º Seminário Latinoamericano para el Desarrollo, promovido pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, a Flacso, no Chile. Referenciado em *Pouvoir politique*, Weffort (1978, p. 175) opera um encontro entre Poulantzas e Barrington Moore para argumentar que o “modelo clássico” de transição capitalista nunca existiu na realidade. Mas se trata ainda de uma leitura sem muita profundidade.

No ano seguinte foi a vez de João Quartim de Moraes citar Poulantzas. Com o início da ditadura militar no Brasil, Moraes seguiu para a França para realizar seus estudos e por lá permaneceu de fins da década de 1960 até 1981. Sob a orientação de Georges Lavau, Moraes realizou seu doutorado entre 1974 e 1981. Ou seja, Moraes estava na França exatamente no mesmo momento em que Poulantzas, o que talvez explique o fato de ter sido um dos primeiros brasileiros a mencionar seu nome. Poulantzas apareceu em um artigo publicado por Moraes, em novembro de 1971, na revista francesa *Les temps modernes*. Intitulado *La nature de classe de l'État brésilien*, o texto só foi publicado no Brasil mais recentemente, em 2014³. Nesse texto, a referência de Moraes ao grego está em *Poder político e classes sociais*. Mas a referência é crítica: Moraes (2014, p. 63) acusa Poulantzas de recusar a dialética

³ Houve também uma tradução para o espanhol publicada em 1973 na revista *Ideologia y Sociedad*, Bogotá, n. 8, dez, 1973. No Brasil, o texto aparece em Moraes (2014).

materialista. Ao retornar ao Brasil, Moraes se tornou professor da Unicamp, onde atuou por toda a sua vida.

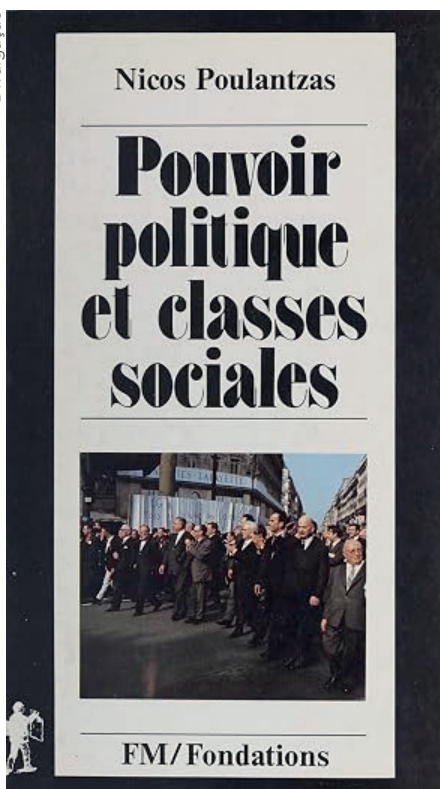
No mesmo ano de 1971, Fernando Henrique Cardoso mencionou Poulantzas em sua participação em um seminário sobre classes sociais organizado pela Universidade Autónoma do México. Naquele encontro, a tarefa de Cardoso era justamente comentar um trabalho de Poulantzas intitulado *Las clases sociales*, apresentado na reunião. Esse comentário foi publicado com o seguinte título: *Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas*. Para realizar a crítica, FHC recuperou a leitura que fez de *Pouvoir politique et classes sociales*. Para FHC, *Pouvoir politique* reproduz uma leitura excessivamente althusseriana da análise de classes sociais. Como sabemos, Poulantzas foi um dos mais destacados discípulos do filósofo marxista Louis Althusser. Isso é um problema para FHC, já que a interpretação de Althusser seria formalista e esse formalismo estaria presente em *Pouvoir politique*. O que isso significa? As classes sociais não são atributos que se definem por critérios determinados, mas sim no processo histórico, no lugar que ocupam na dinâmica da luta de classes. Ou seja, a análise concreta substitui o formalismo. Contudo, FHC entende que no trabalho discutido no México, Poulantzas teria realizado uma revisão dessa leitura, ou ao menos teria iniciado esse processo de revisão: “para que a nova postura teórico-metodológica de Poulantzas se complete, é preciso que a ruptura com o formalismo da interpretação althusseriana do marxismo seja explícita”, conclui Cardoso (1977, p. 122).

Essa crítica ao formalismo althusseriano era comum naqueles anos. Mas a reprodução dessa crítica direcionada ao trabalho de Poulantzas era relativamente nova. Em verdade, Miliband (1970) tinha iniciado essa acusação, ainda que de forma breve e bem incipiente, em 1970, nas páginas da *New Left Review*, quando sugeriu que em *Pouvoir politique* Poulantzas tenha dado pouca atenção à necessidade de uma investigação empírica. Mas foi só três anos depois que Miliband (1973) qualificou essa crítica, com a formulação do termo “abstracionismo estruturalista” para definir a abordagem formalista de Poulantzas. Em 1975, essa acusação do “abstracionismo estruturalista” de Poulantzas foi reafirmada por Laclau (1978). Isso significa dizer que FHC foi pioneiro na crítica ao trabalho de Poulantzas, em *Pouvoir politique*.

Em *Autoritarismo e democratização*, livro que FHC publicou em 1974, a presença de Poulantzas é mais uma vez sentida, ainda que seu nome não apareça em nenhum momento. O conceito poulantziano de “bloco de poder” aparece explicitamente ao longo do texto, bem como a ideia de espaços do Estado como facções em luta. Mas é o conceito de “anéis burocráticos” formulado por FHC naquele momento o ponto mais interessante de encontro. Esses “anéis burocráticos” fundem interesses privados e públicos no âmbito do Estado, algo muito semelhante ao que Poulantzas já havia observado.

Como era de se esperar, o grande mestre da sociologia política brasileira da década de 1970, Florestan Fernandes, também teve seu contato com a obra de Poulantzas, diferentemente do que sugere Barbara Freitag (2005). A autora sustenta que, desde meados da década de 1960, Florestan havia optado por se distanciar da literatura marxista. Sobre esse distanciamento, vale a pena recuperar o seu relato:

Florestan Fernandes nunca se dobrou aos modismos, incluindo-se aqui o marxismo francês do grupo do *Lire Le Capital*, do qual faziam parte Poulantzas, Rancière, Establet e Balibar, apoiados em Gramsci e Macciocchi, que se tornaram uma verdadeira febre na França e no Brasil, mas não chegaram a afetar Florestan (Freitag, 2005, p. 240).



Capa de *Pouvoir politique et classes Sociales*, de Poulantzas, na edição original em francês

Contudo, a leitura da principal obra de Fernandes na década de 1970, *A revolução burguesa no Brasil*, desmente essa tese. Fernandes conhecia bem a literatura marxista clássica e contemporânea. No referencial bibliográfico utilizado nesse livro perpassam autores como Marx, Engels, Lênin, Bukharin, Rosa Luxemburgo, Mandel, Trótski, Maurice Dobb, Paul Baran, Paul Sweezy, Hobsbawm, Ralph Miliband, Tom Bottomore, Lukács, Marcuse, Mariátegui, André Gunder Frank, Gramsci e Poulantzas, entre tantos outros. Em particular na terceira parte do livro, as presenças de Lênin, Gramsci e Poulantzas são evidentes. De Poulantzas, Fernandes (2006, p. 429) afirma ter utilizado a tradução mexicana de *Poder político e classes sociais* e a tradução portuguesa de *Fascismo e ditadura*. Apesar de ter sido publicado em 1975, Florestan começou a escrever *A revolução burguesa no Brasil* em 1966. Mas a terceira parte do livro, provavelmente a parte em que é mais clara essa influência marxista, foi escrita em 1973. Sua publicação final aconteceu em 1975.

Como vimos até aqui, *Poder político e classes sociais* e *Fascismo e ditadura*, em suas

edições francesa e mexicana, foram as duas principais obras de Poulantzas recepcionadas pela sociologia política brasileira até 1976. No entanto, a editora Zahar traduziu e publicou, em 1975, *As classes sociais no capitalismo de hoje*, livro que havia sido publicado em França no ano anterior⁴. Esse foi o primeiro grande livro de Poulantzas a ser editado em português no Brasil. A partir de então, essa referência se tornou comum entre os sociólogos brasileiros.

Carlos Estevam Martins foi, provavelmente, o primeiro sociólogo brasileiro a adotar *As classes sociais no capitalismo de hoje* em sua bibliografia, e quem melhor se apropriou de Poulantzas para a sua própria formulação. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*, de 1977, é um exemplo disso. Apoiado no grego, Martins demonstra como se dão as modificações das relações de produção capitalistas derivadas da passagem da etapa concorrencial à etapa monopolista. Mas Martins (1977, p. 43) aponta problemas na abordagem de Poulantzas quando diz que ele confunde “a burocracia empresarial do Estado – ou seja, o setor econômico da elite governamental – com a burguesia de Estado – ou seja, os agentes que organizam diretamente as atividades do setor produtivo do Estado”. Não obstante essa divergência, Martins (1977, p. 46) concorda com a famosa definição que Poulantzas dá ao Estado como “condensação das relações de força”. A noção poulantziana de “bloco no poder” também aparece com frequência ao longo do texto.

A crítica ao livro de Martins veio no mesmo ano em forma de resenha publicada por José Arthur Giannotti na revista Estudos Cebrap, n. 20. Giannotti, que é conhecido por sua

4 A tradução é de Antonio Roberto Neiva Blundi.

crítica ao althusserianismo, transfere esse ataque ao livro de Martins. “Carlos Estevam Martins cai no engodo dos althusserianos [...]”, diz Giannotti. A ofensiva continua em outra passagem: “Carlos Estevam Martins segue Poulantzas nessa triste confusão [...]” (Giannotti, 1985, p. 55).

Um comentário sobre o Cebrap merece ser feito. Carlos Henrique Escobar (2011) já denunciava em 1979 uma certa antipatia do Cebrap em relação ao trabalho de Althusser. Motta (2011, p. 105) vai além e sugere que “essa estigmatização intelectual e política por parte do Cebrap-USP não foi exclusiva a Althusser e a seus seguidores (Poulantzas, Balibar, Badiou, etc.), mas também à corrente terceiro-mundista da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos”. Como vimos, isso pode ser verdade em relação a FHC e Giannotti, mas certamente não vale para Carlos Estevam Martins. Também não vale para Luiz Werneck Vianna, como veremos a seguir.

Em 1976, Luiz Werneck Vianna defendeu sua tese de doutorado em sociologia na USP e a publicou com o título de *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Orientado por Weffort, Werneck seguiu por um caminho semelhante ao de Florestan Fernandes e Otávio Velho para a interpretação do Brasil. Trata-se de uma leitura do processo de transformação da sociedade brasileira pelo alto, pela via prussiana leninista, pela revolução passiva gramsciana, ou pela modernização conservadora de Barrington Moore (Rodrigues, 2024a). Com efeito, Gramsci é o autor que oferece a linha mestra seguida ao longo de todo o texto. Afinal, Werneck Vianna é certamente o mais brilhante intérprete de Gramsci no Brasil. Mas Poulantzas também está presente com a tradução de *Poder político* publicada no México e com a versão francesa de *Fascismo e ditadura*. O sociólogo grego é recuperado por Werneck em três ocasiões: (1) para criticar o mito da Revolução Francesa como expressão modelar da Revolução Burguesa; (2) para confirmar a hipótese de Lênin acerca das duas vias do desenvolvimento capitalista – estadunidense e prussiana; (3) e para discutir a possibilidade de uma institucionalização totalitária “pelo alto” independente da ação mobilizadora de um partido fascista (Werneck Vianna, 1976).

Já dissemos que, em 1970, Weffort havia identificado uma semelhança entre Poulantzas e Barrington Moore. Isso também aparece em uma resenha bibliográfica publicada por Maria Cecília Spina Forjaz em 1972. Forjaz foi orientada por Weffort tanto no mestrado em sociologia quanto no doutorado em Ciência Política na USP. Na resenha que fez de *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*, Forjaz (1972, p. 95) sugere que “a partir de um esquema de referência teórico-marxista, Nicos Poulantzas, ao fazer uma análise das revoluções burguesas europeias, elabora uma interpretação delas que coincide em muitos aspectos com a de Barrington Moore”.

Em 1977, foi a vez de Robert Henry Srouer defender a sua tese de doutorado em sociologia na USP sob a orientação de Weffort. *Modos de produção: elementos da problemática* é um estudo denso, com mais de 500 páginas, em que o autor propõe uma teoria geral dos modos de produção. Como bem assinala Weffort em seu comentário ao livro, trata-se de um estudo pioneiro na medida em que, naquele momento, a sociologia brasileira estava mais preocupada com estudos de casos do que com a produção de teoria social e política. Entre todos os autores vistos até aqui, Srouer foi, ao lado de Carlos Estevam Martins, quem mais dialogou com Poulantzas em sua obra. O autor leu tanto as versões mexicanas de *Poder político* e *Fascismo e ditadura*, quanto a versão francesa original de *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Esse último livro, aliás, é considerado por Srouer (1978, p. 229) como “a mais significativa das recentes contribuições marxistas ao tema das classes sociais”.

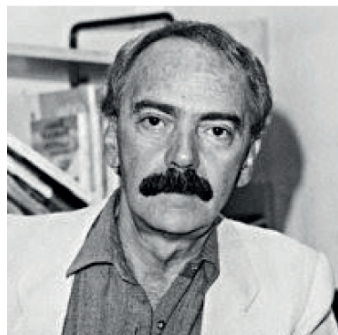
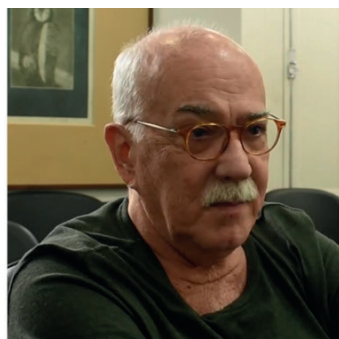
No Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Weffort constituiu um considerável grupo de orientandos em sociologia. Entre eles estavam Werneck Vianna, Izabel Picaluga, Maria Cecília Spina Forjaz e Robert Henry Srou. Suas teses indicam que todos os quatro tiveram acesso aos textos de Poulantzas

Também sob a orientação de Weffort, Izabel Picaluga defendeu sua dissertação de mestrado em sociologia na USP, em 1978, com o seguinte título: *Contribuição para o estudo dos partidos políticos brasileiros: o caso da UDN da Guanabara*. Mais do que Poulantzas, é Gramsci quem aparece ao longo do texto. Mas o grego tem uma rápida aparição quando Picaluga (1980, p. 19) apresenta sua definição de “conjuntura política”. Em sua bibliografia, a autora indica ter lido *Fascismo y dictadura e Hegemonía y dominación en el Estado moderno*.

No Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Weffort constituiu um considerável grupo de orientandos em sociologia. Entre eles estavam Werneck Vianna, Izabel Picaluga, Maria Cecília Spina Forjaz e Robert Henry Srou. Suas teses indicam que todos os quatro tiveram acesso aos textos de Poulantzas, provavelmente por orientação do próprio Weffort. Afinal, como vimos, Weffort foi um dos primeiros sociólogos brasileiros a ler Poulantzas.

Finalmente, em 1979, em parceria com FHC, Carlos Estevam Martins publicou a mais importante coletânea de sociologia e ciência política do período: *Política e sociedade*. Ali, os dois reuniram partes de textos dos principais autores do cenário internacional, mas que ainda tinham pouca circulação no Brasil. A razão era óbvia: “a barreira da língua estrangeira continua sendo séria em nossas universidades. Tratamos de publicar traduções de textos estrangeiros para torná-los acessíveis, bem como deixamos de transcrever alguns textos básicos quando sua divulgação entre nós foi ampla”, explicavam Cardoso e Martins (1979, p. IX). Entre textos de Weber, Parsons, Huntington, Bendix, Lipset, Linz e tantos outros, figuravam dois de Poulantzas: “A noção de Estado em Marx” e “Fascismo e estrutura de classes”. O primeiro era uma pequena parte de *Poder político e classes sociais*; o segundo, de *Fascismo e ditadura*. Curioso que os dois textos não eram exatamente originais, já que os dois livros haviam sido publicados em português, no Brasil, em 1977 e 1978, respectivamente.

Há um último nome que merece registro, embora não possa ser identificada exatamente nem como socióloga brasileira, nem como alguém que circulou pelas instituições de São Paulo, mas que manteve uma relação de diálogo importante com o Cebrap e que se tornou uma



No sentido horário: Otávio Velho, Renato Boschi, Ruy Mauro Marini e Simon Schwartzman: intelectuais do Rio de Janeiro que ajudaram a introduzir no Brasil as reflexões de Nicos Poulantzas

referência seminal para a sociologia urbana brasileira: trata-se de Janice Perlman. Pesquisadora estadunidense, Perlman chegou ao Brasil na década de 1960 para lecionar na Faculdade de Ciências Políticas da UFMG em 1966. Em 1968, passou pela UnB e logo em seguida foi para o Rio de Janeiro, onde iniciou uma pesquisa sobre as favelas do estado. O endurecimento do regime militar, no entanto, a levou a sair do Brasil em 1969. Os dados coletados no Rio de Janeiro serviram de base para a sua tese de doutorado defendida nos EUA em 1976. Finalmente, em 1977, ela foi publicada no Brasil com o título de *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Essa edição brasileira ganhou um prefácio de Fernando Henrique Cardoso, o que já sinaliza o papel que o Cebrap teve em sua pesquisa. “A orientação teórica que recebi do grupo do Cebrap foi da maior ajuda”, registrou Perlman (1977, p. 22) na introdução do livro. Nele, em meio a tantas referências em língua estrangeira, Poulantzas surge justamente com *As classes sociais*, texto que apareceu em 1973 na revista Estudos Cebrap.

3. A RECEPÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Não foi apenas em São Paulo que Poulantzas esteve presente nas bibliografias. Entre intelectuais que de algum modo atuaram no Rio de Janeiro, também encontramos esse mesmo referencial teórico. A curiosidade reside no fato de que a maior parte desses autores adotou o marxista grego em seus períodos de formação no exterior. Entre esses pensadores estão Gláucio Ary Dillon Soares, Simon Schwartzman, Renato Raul Boschi e Carlos Hasenbalg, que defenderam teses nos Estados Unidos, Otávio Velho e Bernardo Sorj, ambos na Universidade de Manchester, e Ruy Mauro Marini, cuja obra principal foi construída na Universidade Nacional Autônoma do México. A única que não teve formação no exterior foi Lélia Gonzalez. Na trajetória profissional desses oito nomes, observamos que quatro passaram pelo IUPERJ, dois pela UFRJ, um pela FESP e uma pela PUC-Rio.

Em 1964, Gláucio Ary Dillon Soares defendeu sua tese na Universidade de Washington sob a orientação de Joseph A. Kahl. Em 1973, essa tese foi reformulada e transformada no livro *Sociedade e política no Brasil*. Trata-se de um dos mais importantes estudos sobre o período de 1945-1964. Munido de análises quantitativas, Soares descreve com riqueza de detalhes as características do sistema político e partidário daquele período. Não obstante a preferência do autor pela bibliografia da ciência política estadunidense, o Poulantzas de *Pouvoir politique et classes sociales* aparece em uma nota de rodapé como avalizador da interpretação de que “o Estado tem, simultaneamente, as funções de manter a unidade da sociedade e também a dominação de uma ou mais de suas classes” (Soares, 1973, p. 178). Por óbvio, essa referência foi incluída na reformulação do livro, já que na época da defesa da tese Poulantzas era um desconhecido e *Pouvoir politique* nem havia sido publicado.

No mesmo ano em que Soares lançou seu livro, Simon Schwartzman defendeu sua tese de doutorado em ciência política na Universidade da Califórnia. Em 1975, essa tese, que havia sido orientada por David Apter, virou o livro *São Paulo e o Estado nacional*. Embora não cite Poulantzas no corpo do texto, *Clases sociales y poder político en el Estado capitalista*, tradução espanhola publicada no México, aparece na bibliografia. Há aqui uma curiosidade. Esse livro foi revisado e reeditado em 1982 com o título de *Bases do autoritarismo brasileiro*. Mas nessa nova versão o nome de Poulantzas desapareceu da bibliografia citada. Por que isso ocorreu? Se levarmos em consideração que nesse mesmo ano Schwartzman (1982) escreveu uma forte crítica ao conceito de Estado de Poulantzas, talvez possamos entender a razão dessa ausência. Percebe-se que, para os dois sociólogos formados nos Estados Unidos, Poulantzas foi utilizado apenas de modo muito superficial.

Também em 1973, Ruy Mauro Marini adotou Poulantzas. Um dos pais da chamada Teoria Marxista da Dependência, Marini foi um cientista social brasileiro que teve sua obra pouco divulgada no Brasil. Sua trajetória profissional perpassa o Rio de Janeiro, mas também Brasília e México. No que diz respeito à sua leitura de Poulantzas, merece destaque o artigo *La pequeña burguesía y el problema del poder*, publicado em 1973⁵. Em seu referencial, Marini utiliza as traduções de *Poder político e classes sociais* e de *Fascismo e ditadura*, que foram publicadas no México em 1969 e 1971, respectivamente. Sua leitura de Poulantzas é crítica. Mais próximo da concepção de Estado de Lênin⁶, Marini opera uma crítica das formulações de Gramsci, Althusser e Poulantzas. Diz Marini (1976, p. 92-93):

Esta concepción del Estado —el Estado como esfera de la coerción, para decirlo con Lenin— se diluye cuando se le borran los límites, hasta hacerlo coincidir con el sistema de dominación sobre el cual reposa. Es lo que han hecho recientemente Althusser y, en cierta medida, Poulantzas, cuando, recurriendo a algunas proposiciones de Gramsci, desarrollan el tema de los aparatos ideológicos del Estado: escuela, sindicato, partidos, iglesias, medios masivos de comunicación, familia. Por esto nos parece útil distinguir entre el sistema de dominación, que incluye el conjunto de elementos en los que una clase basa su poder, y la expresión institucional de ese poder, el Estado, tomado como cúspide del sistema de dominación.

⁵ Esse artigo foi publicado originalmente na revista *Pasado y Presente*, ano IV, n. 1 (nueva serie), Buenos Aires, abr.-jun. 1973. Mais tarde, entrou como capítulo em *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*, livro publicado por Marini no México em 1976.

⁶ Sobre a sociologia e a ciência política de Lênin, ver Rodrigues (2024b e 2024c).

Estudioso de nosso autor, o sociólogo britânico Bob Jessop sustenta que Poulantzas deveria ser percebido como um clássico moderno

O que se observa é que Marini critica as noções gramsciana de Estado ampliado e althusseriana e poulantziana de aparelhos ideológicos de Estado. Em Marini, o que é ampliado é o sistema de dominação e não o Estado, que se mantém como aparelho coercitivo⁷. Mas não se trata apenas de uma leitura negativa. No mesmo texto, Marini utiliza outros conceitos poulantzianos como os de “classe reinante” e “classes-apoio” para entender a posição da pequena burguesia chilena.

Na primeira metade da década de 1970, a Universidade de Manchester, na Inglaterra, se tornou atrativa para alguns estudiosos da sociedade brasileira. Esse foi o caso de Otávio Velho e Bernardo Sorj. De alguma maneira, a obra de Poulantzas chegou até eles nesse momento, ainda que não tenha constituído elemento central de elaboração.

Otávio Velho iniciou a sua formação na década de 1960 na Escola de Sociologia e Política da PUC-Rio e depois transitou para a Antropologia no mestrado no Museu Nacional, da UFRJ. Em seguida, transferiu-se para a Inglaterra. Em sua tese de doutorado, defendida em 1973 no Departamento de Sociologia da Universidade de Manchester, Otávio Velho observou as relações entre burguesia e campesinato na variante autoritária do desenvolvimento capitalista de países “atrasados”. Mais tarde, essa tese, que foi orientada por Peter Worsley, virou o livro *Capitalismo autoritário e campesinato*, publicado em 1976. Foi, provavelmente, por meio de Worsley, que era marxista, que Velho leu Poulantzas. “Em relação ao marxismo, a passagem por Manchester e pela Europa – porque eu também circulei por Paris numa época que era logo depois de 1968 – foi muito importante para mim”, diz Velho (2010, p. 491). Mas a aproximação é bem superficial: há apenas uma menção à *Pouvoir politique* quando o autor trata da articulação entre o político e o econômico no capitalismo autoritário.

Uruguaio naturalizado brasileiro, Bernardo Sorj defendeu sua tese de doutorado em sociologia na Universidade de Manchester, em 1976, sob a orientação de Teodor Shanin. Nesse ano, migrou para o Brasil, onde se tornou professor do Departamento de Ciência Política da UFMG. Mais tarde, foi para a UFRJ, onde se aposentou como professor titular do Departamento de Sociologia. Sorj demonstra conhecer *Fascismo e ditadura* e *As classes sociais no capitalismo de hoje* e dialoga com Poulantzas mais do que faz Velho. A leitura, no entanto, é crítica. Para Sorj, na definição de Poulantzas o Estado ficaria “à margem da luta de classes”. Contudo, Sorj reconhece que em seus últimos escritos Poulantzas buscou “inserir a luta de classes dentro das formulações teóricas do Estado” (Sorj, 1977, p. 262).

Há outro nome que merece registro, embora não seja exatamente um sociólogo brasileiro: trata-se do argentino Carlos Hasenbalg. Formado em sociologia pela Universidade de Buenos Aires, Hasenbalg obteve mestrado na Escola de Sociologia da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), no Chile, então dirigida pelo já mencionado Gláucio Ary Dillon Soares, em fins da década de 1960. Realizou ainda o doutorado em sociologia em

⁷ Sobre esse aspecto, uma boa leitura de Marini está em Bichir (2018).

Berkeley, sob a orientação de Robert Blauner, no início da década de 1970. Mais ou menos nesse momento, ele chegou ao Rio de Janeiro para atuar no IUPERJ. Desde então, suas pesquisas sobre a questão racial se tornaram referência para a sociologia brasileira. Sua tese de doutorado, defendida originalmente em inglês, foi publicada em português, em 1979, com o título de *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Ali, vemos Hasenbalg dialogar com *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Sobre a presença de Poulantzas nesse livro, é o próprio Hasenbalg quem explica em uma Aula Magna proferida no IUPERJ em 2007:

Outra coisa que fiz foi dar um giro poulantziano e estruturalista para analisar a relação entre raça, classe social e estratificação social. De Poulantzas, utilizei a distinção que fazia entre os aspectos principais e subordinados da reprodução da estrutura de classes sociais. O primeiro, dizia Poulantzas, refere-se à reprodução das posições na estrutura de classes. E o segundo, subordinado, diz respeito à reprodução dos agentes sociais e sua distribuição na estrutura de classes (Hasenbalg, 2014, p. 911).

Assim como Hasenbalg, outro autor que defendeu sua tese de doutorado nos Estados Unidos e a publicou em português em 1979 foi Renato Raul Boschi. Graduado em Ciências Sociais pela UFMG e mestre em Ciência Política pelo IUPERJ – orientado por Simon Schwartzman –, Renato Boschi foi no início da década de 1970 para os EUA realizar seu doutorado em Ciência Política na Universidade de Michigan. Orientado por Philip Converse e por Charles Tilly, Boschi defendeu a sua tese de doutorado em 1978 com o título de *Industrial entrepreneurs and the State in post-1964 Brazil: institutional mediations and political change*. No ano seguinte, ela foi publicada no Brasil como *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Nesse livro, ao menos sete textos de Poulantzas estão presentes: *Pouvoir politique et classes sociales*; *Fascismo y dictadura*; *La crise de l'État*; *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*; *Hegemonía y dominación en el Estado moderno*; e os artigos da *New Left Review*. Poulantzas aparece nesse livro já no primeiro capítulo, de referencial teórico, em que Boschi discute Estado e sociedade em uma perspectiva integrada. Ali, Poulantzas emerge no contexto do debate com Miliband sobre o caráter de classe do Estado capitalista (Boschi, 1979).

Por fim, vale lembrarmos da antropóloga mineira Lélia Gonzalez. Embora ela tenha feito seu doutorado em antropologia na USP, Lélia foi professora e diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio ao longo de toda a sua carreira profissional. Foi por meio de Hasenbalg que Poulantzas alcançou o pensamento de Gonzalez em 1979. Isso é o que podemos ver em duas apresentações que fez nos Estados Unidos naquele ano: primeiro, com *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra*, um texto apresentado no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburg, Las Vegas, entre 5 e 7 de abril de 1979; em seguida, com *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*, trabalho apresentado no Spring Symposium The Political Economy of the Black World, organizado pelo Center for Afro-American Studies e realizado entre 10 e 12 de maio de 1979 na Universidade da Califórnia. “Também nos parece importante reproduzir aqui a proposição de Hasenbalg, apoiada na distinção estabelecida por Poulantzas entre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais”, dizia ela (Gonzalez, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo após o seu trágico suicídio, em 1979, a revista Novos Estudos, do Cebrap, publicou um número, em 1982, em que discutiu a obra do marxista grego. Aquele número trazia uma seção com dois artigos: “Poulantzas e os partidos do Brasil”, de Fernando Henrique Cardoso; e “Da paixão de Poulantzas”, de Francisco de Oliveira. Na apresentação da seção, lemos o seguinte:

O impacto produzido pelos livros de Nicos Poulantzas foi enorme. E não apenas na Europa: as traduções de seus livros tiveram ampla difusão na América Latina e particularmente no Brasil. O Poulantzas que influenciou as novas gerações de sociólogos e cientistas políticos foi principalmente o do livro *Pouvoir politique et classes sociales*, marcado pelo althusserianismo (Cardoso e Oliveira, 1982, p. 2).

No percurso desse artigo, pudemos observar como os principais sociólogos brasileiros que consolidaram a disciplina no país, na década de 1970, foram leitores de Poulantzas. Vale ressaltar o lugar de produção intelectual desses autores: grande parte deles atuou na USP ou no Cebrap naquele momento. Esse foi o caso de Boris Fausto, Carlos Estevam Martins, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti e Luiz Pereira. Além da USP e do Cebrap como ponto de encontro, merece atenção o fato de alguns dos nomes identificados girarem em torno de Francisco Weffort. Como se sabe, Werneck Vianna, Robert Henry Srour, Maria Cecília Spina Forjaz e Izabel Picaluga foram orientados por Weffort na USP. E isso não é por acaso. Sobre essa entrada do marxismo, em geral, e de Poulantzas, em particular, na USP, Leôncio Martins Rodrigues nos diz o seguinte:

A entrada, porém, do marxismo nos meios acadêmicos se deu principalmente pelo portão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia. Daí se estendeu para outras universidades e instituições acadêmicas do país. Essa trajetória acompanhava o que acontecia no Primeiro Mundo. A França era o principal foco de irradiação, com Poulantzas e Althusser à frente (Ramalho e Rodrigues, 2010, p. 136).

Também é curioso como intelectuais brasileiros que se formaram fora do país e depois vieram para o Rio de Janeiro incluíram Poulantzas entre suas referências. Entre esses autores estão Bernardo Sorj, Carlos Hasenbalg, Gláucio Ary Dillon Soares, Otávio Velho, Renato Boschi, Ruy Mauro Marini e Simon Schwartzman.

A questão do Estado orientou grande parte dos intelectuais que recuperaram Poulantzas na década de 1970 no Brasil. Sobre essa avaliação acerca da produção sociológica brasileira, Maria Cecília Spina Forjaz nos dizia o seguinte em artigo publicado em 1979:

[...] e aos poucos a “primazia do Estado”, a “preeminência” do Estado, passaram a ser a tônica da produção sociológica e política no Brasil. E é por volta dos anos setenta que esse “estatismo” tornou-se plenamente dominante. Exatamente por essa época, tornou-se moda no Brasil estudar Gramsci, que justamente critica o determinismo econômico e busca a autonomia da esfera do político. Ou então Poulantzas, que também se tornou “estrela” no cenário das ciências sociais “no lado de baixo do Equador” (Forjaz, 1979, p. 12).

De fato, Poulantzas foi bastante lido no Brasil na década de 1970. Mas, como bem observou Fernando Henrique Cardoso (1982, p. 3), “esta influência decorreu mais do Pou-

lantzias ‘althusseriano’ do que do Poulantzas dos cinco anos anteriores a seu lamentável suicídio, período no qual reviu seu pensamento”. Sua obra mais madura, *O Estado, o poder e o socialismo*, é de 1978, o que significa que teve pouco tempo para ser conhecida ainda nos anos 1970 no Brasil.

A partir dos anos 1980, esse quadro se modificou, e a obra de Poulantzas passou a ser lida de forma mais abrangente no Brasil. Essa inflexão também se refletiu no plano institucional: se, na década anterior, sua recepção esteve fortemente associada ao eixo USP-Cebrap, nos anos 1980 a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) consolidou-se como principal polo de estudos sobre o autor. Um marco desse novo momento foi a publicação de *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*, de Décio Saes, em 1985, obra que impulsionou o que ficou conhecido como “Escola poulantziana de Campinas”, responsável por uma série de pesquisas orientadas por Saes – entre as quais se destaca o trabalho de Armando Boito Jr. (Berlinger, 2020). Trata-se, contudo, de um desdobramento que extrapola os limites deste artigo.

Estudioso de nosso autor, o sociólogo britânico Bob Jessop sustenta que Poulantzas deveria ser percebido como um clássico moderno. Afinal de contas, diz Jessop (2009, p. 143), “a obra de Poulantzas tem disparado um renovado engajamento crítico [...] e seus conceitos certamente podem ser redispostos e reformulados para permitir-nos enfrentar novos problemas e avaliações”. Reconhecer a importância desse clássico para a formação da sociologia política brasileira na década de 1970 não é, portanto, algo menor.

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ/Ucam; doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio, mestre em Ciência Política pela UFF e mestre em Ciência da Sustentabilidade pela PUC-Rio, com pós-doutorado em Ciências Sociais pela UERJ.

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada para debate no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em 2021. Agradeço aos participantes pelas contribuições e comentários, que contribuíram para o aprimoramento deste trabalho.

► Texto recebido em 22 de março de 2026; aprovado em 1º de julho de 2026.

- BERRINGER, Tatiana. A escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. **Crítica Marxista**, n. 51, p. 37-56, 2020.
- BICHR, Maíra Machado. Aportes de Ruy Mauro Marini ao debate sobre o Estado nos países dependentes. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 535-553, 2018.
- BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 57-73, jun. 2007.
- BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- _____. Poulantzas e os partidos do Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 2, abr. 1982.
- _____; OLIVEIRA, Francisco. Partidos, Estado e movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 2, abr. 1982.
- _____; MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Política e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. v. 3.
- CASTRO, Conrado Pires de. Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 211-276, 2010.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista**, n. 27, p. 65-85, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007. v. 3.
- _____. A presença de Gramsci no Brasil. **Revista Em Pauta**, n. 22, 2009.
- ESCOBAR, Carlos Henrique. "Quem tem medo de Louis Althusser". **Achegas.net**, n. 44, 2011.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. De como a "autonomia do político" aprisionou os cientistas sociais brasileiros. **Cadernos de Opinião**, n. 14, 1979.
- _____. Resenha bibliográfica – Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world. **Revista de Administração de Empresas**, v. 12, n. 4, p. 94-101, out. 1972.
- FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 229-243, dez. 2005.
- GIANNOTTI, José Arthur. **Filosofia miúda**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HASENBALG, Carlos. Privilégios: relato de uma trajetória acadêmica. **Dados**, v. 57, n. 4, p. 905-917, out. 2014.
- _____. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.
- LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARINI, Ruy Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre Chile. México, DF: Era, 1976.
- MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MILIBAND, Ralph. The capitalist state: reply to Poulantzas. **New Left Review**, n. 59, 1970.
- _____. Poulantzas and the capitalist state. **New Left Review**, n. 82, 1973.
- MORAES, João Quartim de. A natureza de classe do Estado brasileiro. In: PINHEIRO, Milton. **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOTTA, Luiz Eduardo. A recepção de Althusser no Brasil: o grupo da revista Tempo Brasileiro. **Revista Novos Rumos**, v. 54, n. 1, 2017.
- _____. Nicos Poulantzas, 30 anos depois. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 221-228, jun. 2009.
- _____. Sobre "Quem tem medo de Louis Althusser?", de Carlos Henrique Escobar, **Achegas.net**, n. 44, p. 105-120, 2011.
- PEREIRA, Luiz. **Ensaios de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Pioneira, 1970.
- _____. **Capitalismo**: notas teóricas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- PERISSINOTTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.
- PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais**: a UDN na Guanabara. Petrópolis: Vozes, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. A noção de Estado em Marx. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. **Política e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. v. 1.

_____. Fascismo e estrutura de classes. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. **Política e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. v. 1.

_____. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **A crise das ditaduras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. Notas sobre o totalitarismo. In: RODRIGUES, Antonio Edmilson. **Fascismo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

_____. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portucalense: 1972.

_____; MILIBAND, Ralph. **Debate sobre o Estado capitalista**. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

QUERIDO, Fabio Mascaro. De São Paulo a Paris: o jovem Michael Löwy entre socialismo e sociologia. **Caderno CRH**, v. 31, n. 83, p. 263-275, 2018.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Sociologia do trabalho no Brasil: entrevista com Leôncio Martins Rodrigues. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 25, n. 72, p. 133-179, 2010.

RODRIGUES, Theófilo. A sociologia política de Luiz Werneck Vianna. **Revista Desigualdade & Diversidade**. n. 25, p. 262-279, 2024a.

_____. A sociologia de Lênin: formação social e via prussiana. In: BARROSO, Sergio; BERTOLINO, Osvaldo (Org.). **Lênin: um século depois – teoria e história**. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024b. p. 167-176.

_____. A ciência política de Lênin: partido, Estado e democracia. **Entropia**, v. 8, p. 63-77, 2024c.

_____. A recepção de Poulantzas na sociologia política brasileira da década de 1970. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20., 2021. Belém: **Anais [...]**. Belém: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2021.

_____. A recepção de Lênin no pensamento social e político brasileiro. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 12, n. 2, p. 277-288, 2020.

RUBBO, D. A.; SHISHITO, F. A. Peregrinações de um sociólogo caipira: entrevista com Sedi Hirano. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 357-387, 2021.

SAES, Décio. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: MORAES, João Quartim (Org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007. v. 3.

_____. **A formação do Estado burguês no Brasil**: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. Quem tem medo do Estado? Comentário a David Easton, “O sistema político sitiado pelo Estado”. In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 151-155.

_____. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil**: recepção e difusão de suas ideias. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973.

SORJ, Bernardo. Teoria do Estado e capitalismo de Estado. In: MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 261-268.

_____. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SROUR, Robert Henry. **Modos de produção**: elementos da problemática. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. Otávio Velho: trajetória e percurso acadêmico. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 481-506, jul. 2010.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WERNECK VIANNA, Luiz. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.